

GABARITO PROVA ESCRITA
PERFIL ADMINISTRAÇÃO - MARACANÃ

O mundo contemporâneo está cada vez mais conectado e com tecnologias que auxiliam o cotidiano das pessoas. São aplicativos que aproximam e facilitam a vida de seus usuários. Pensando em um aplicativo de mobilidade urbana pede-se:

- a) Utilizando a Matriz SWOT e a análise das Cinco Forças de Porter, avalie este mercado e identifique seus principais desafios; 0,8
- b) Com base nessa análise forneça recomendações estratégicas que possam aumentar ainda mais o sucesso desta empresa.0,8
- c) Descreva as principais escolas da administração e como suas teorias e abordagens influenciam a prática gerencial deste tipo de organização 0,4

Análise SWOT até 20% da nota

Forças

- Interface amigável e intuitiva do aplicativo, facilitando a usabilidade para os clientes.
- Ampla base de motoristas e veículos cadastrados, oferecendo uma grande disponibilidade de opções de transporte.
- Marca reconhecida e estabelecida no mercado de mobilidade urbana.
- Recursos avançados de geolocalização e roteirização, proporcionando eficiência nas solicitações e no planejamento de rotas.
- Preço claro para o usuário antes de iniciar a corrida.

Fraquezas

- Dependência de uma infra-estrutura de tecnologia robusta e conexões de internet estáveis para garantir o funcionamento adequado do aplicativo.
- Vulnerabilidade quanto a problemas de segurança digital e proteção de dados pessoais dos usuários.
- Relacionamento trabalhista eticamente questionável.
Imprevisibilidade da demanda
- Baixo ganho para os motoristas

Oportunidades

- Expansão para novas cidades e regiões com potencial de crescimento do mercado de mobilidade urbana.
- Integração com serviços de transporte público, oferecendo uma opção de mobilidade multimodal,

- Parcerias estratégicas com empresas de entregas de alimentos e comércio eletrônico para oferecer serviços adicionais aos usuários.
- Utilização de veículos elétricos
- Utilização de veículos autônomos

Ameaças

- Competição acirrada com outros aplicativos de mobilidade urbana estabelecidos e emergentes.
- Regulamentações governamentais mais rígidas em relação ao transporte de passageiros, incluindo requisitos de licenciamento e segurança.
- Mudanças nas preferências dos consumidores em relação a novas formas de transporte, como scooters elétricas compartilhadas ou veículos autônomos.
- Crises econômicas que podem reduzir a demanda por serviços de mobilidade.

Cinco Forças de Porter até 25% da nota

- Rivalidade entre os concorrentes – ALTA

Alem de possuir muitos concorrentes o número de novos entrantes neste mercado vem aumentando.

- Poder de negociação dos clientes - ALTA

Como há muita concorrência e pouca diferenciação entre os players, o grau de fidelidade dos usuários normalmente é baixo.

- Poder de negociação dos fornecedores – BAIXO A MODERADO

Como não há muita diferenciação entre os aplicativos, os motoristas não tem tanta força de negociação. O que eles fazem é trabalhar em vários aplicativos ao mesmo tempo.

- Novos entrantes – MODERADA A ALTA

Este tipo de negócio possui algumas barreiras/dificuldades, a saber: investimentos em tecnologia, estabelecer uma base sólida de motoristas e usuários, ter atenção a requisitos legais, o que dificulta a inserção de novos entrantes.

Há que se observar também alguns competidores em potencial (ex.: empresas de tecnologia) que podem diversificar seus negócios para o setor de mobilidade urbana,

Produtos Substitutos - ALTA

Alguma outra solução de transporte disponível – taxis convencionais, transporte público, bicicletas compartilhadas, entre outros.

Algumas recomendações estratégicas: até 25% da nota

- 1) Investir em segurança e privacidade de dados estabelecendo políticas de privacidade para aumentar a segurança do cliente.
- 2) Explorar a oportunidade de oferecer outros serviços adicionais além dos já oferecidos como entregas de alimentos ou compras on line, traçando parceria estratégica com grandes player do mercado on line,
- 3) Priorizar a experiência do usuário melhorando a interface do aplicativo e gerando promoções personalizadas para fidelizar o cliente.
- 4) Investir em novas tecnologia como integração com soluções de transportes públicos para se diferenciar dos demais players.
- 5) Buscar aproximação com autoridades governamentais locais, participando das discussões sobre regulamentação e contribuindo para o desenvolvimento de políticas que beneficiem o setor de mobilidade urbana.

Escolas da Administração e a aplicabilidade a um aplicativo de mobilidade urbana: 30%

1. Administração Científica e a Escola Clássica da Administração: representadas por Frederick Taylor e Henri Fayol, enfatizam a eficiência e a racionalização dos processos. No contexto de um aplicativo de mobilidade urbana, a aplicação dos princípios da administração científica de Taylor pode ser vista na busca constante pela eficiência operacional, como a otimização de rotas e a utilização de algoritmos para melhorar a distribuição dos veículos e minimizar o tempo de espera dos usuários.

2. Já as funções administrativas de Fayol são relevantes para o planejamento, organização e controle das operações do aplicativo. Teoria da Burocracia de Max

3. Weber enfatiza a organização formal das atividades em uma empresa e a meritocracia. No contexto do aplicativo de mobilidade urbana, a prática gerencial pode ser influenciada pela criação de processos e procedimentos padronizados com o objetivo de garantir a eficiência e o controle das operações, alocando as pessoas corretas para a função e a descrição clara das normas e padrões a serem atingidos por cada um.

4. Escola das Relações Humanas: A Escola das Relações Humanas, desenvolvida por Elton Mayo e seus colaboradores, trouxe à tona a importância das relações interpessoais e da motivação dos colaboradores para o desempenho organizacional. No contexto do aplicativo de mobilidade urbana, essa abordagem influencia a prática gerencial ao valorizar o bem-estar dos motoristas parceiros e funcionários, criando um ambiente de trabalho colaborativo e respeitoso. Além disso, a motivação dos motoristas pode ser estimulada através de incentivos e reconhecimentos, visando melhorar a qualidade do serviço prestado.

Também devem ser consideradas as preferências dos usuários, coletando dados comportamentais e de preferências para melhorar a experiência do cliente e a oferta de serviços personalizados.

5. Abordagem Contingencial e Teoria Geral dos Sistemas: ressalta que não existe uma única forma correta de administrar e que as práticas gerenciais devem se adaptar ao ambiente externo e interno da organização. No caso do aplicativo de mobilidade urbana, isso significa que as estratégias e operações devem ser adaptadas conforme o contexto em que o aplicativo está operando, como as características específicas das cidades em que o serviço é oferecido e as mudanças regulatórias no setor.

6. Administração por Objetivos (APO): proposta por Peter Drucker, incentiva a definição clara de objetivos e metas para a organização e seus membros. No caso do aplicativo de mobilidade urbana, esta prática gerencial pode ser influenciada pela definição de metas específicas, como redução do tempo médio de espera dos usuários, aumento da taxa de ocupação dos veículos e melhoria na satisfação dos usuários/motoristas

Para Costin (2023), “A Administração Pública pode ser definida “objetivamente”, segundo Alexandre Moraes (2003, p. 310), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar interesses coletivos” como saúde, educação ou proteção à infância e, “subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado””.

A partir dos princípios da administração pública contidos na obra supracitada – Administração Pública (Costin, Claudia, 2010) - pede-se que o candidato disserte a respeito das funções econômicas do Estado. Pede-se também que o candidato relacione as funções econômicas do Estado com as denominadas “falhas de mercado”, inerentes ao funcionamento do processo produtivo das nações.

Resposta Padrão (COSTIN, Claudia, 2010):

Segundo Musgrave (1980, p. 6-13), em sua análise sobre a teoria e a prática das finanças públicas, o Estado possui basicamente três funções econômicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. (15% da Nota)

A função alocativa se refere à destinação dos recursos do Governo, normalmente previstos em orçamento, para fornecer diferentes bens públicos, como rodovias, iluminação ou segurança, bens semipúblicos ou meritórios, como educação e saúde ou desenvolvimento. Essa função tem forte associação com a democracia. É aqui que se discute o que o governo vai ou não vai fazer considerando-se os recursos provenientes do pagamento de impostos ou de contratação de dívida. Além disso, por exemplo, a partir da função alocativa, se constrói uma ponte ou uma estratégia de vacinação de crianças, dá-se um aumento ao funcionalismo, se contratam mais professores, melhoram-se as estradas ou se investe em saneamento básico. Trata-se normalmente de interesses coletivos, necessidades da população que precisam ser atendidas, e a alocação do dinheiro público para fazê-lo é relevante função do poder público. Conforme salientam Calabresi e Bobbit (1978), a atividade de alocação de recursos enseja “escolhas trágicas”. Toda decisão trágica comportaria, assim, dois momentos. O primeiro momento é o do impasse: quando se apresenta à sociedade a necessidade de emanar uma decisão a respeito da alocação dos recursos escassos, que seria uma necessidade de determinação em primeira ordem. A escassez permanece como um fato, sem qualquer característica de imposição, pois a sociedade desenvolve uma decisão a partir de contextos de alocação de recursos. Aqui se observa o segundo momento, que se constitui por uma sucessão de decisões racionalizadas desenvolvidas como escolhas trágicas. Numa democracia, o orçamento é normalmente preparado como proposta pelo Executivo, a partir de uma certa expectativa de receita (proveniente de impostos ou de endividamento), e enviado ao Legislativo, onde é apreciado pelos parlamentares, para verificar se a destinação proposta de recursos corresponde às suas expectativas e às de seus eleitores. Múltiplos interesses aparecem nessa discussão e, por vezes, parlamentares representam interesses de segmentos econômicos ou interesses de regiões específicas. Para aprovar, muitas vezes os parlamentares refazem a projeção de receita a ser obtida pelo governo, de forma a abrir mais espaço para a apresentação das demandas de seus eleitores, o que obriga os governantes a programarem cuidadosamente o envio de dinheiro a ministérios ou secretarias, para evitar o esgotamento dos recursos antes do fim do período em caso de não confirmação dos valores estipulados. A função distributiva consiste na redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. É o caso de programas de transferência de

renda a populações carentes ou de taxaço progressiva para cobrar mais impostos a quem detém maior renda. Observe-se que, muitas vezes, o oferecimento de serviços públicos pode realizar a função alocativa e distributiva simultaneamente. A educação pública, uma importante destinação de recursos do governo, pode garantir uma melhor renda a quem dela se beneficiar. Diferentes visões de mundo apresentam propostas alternativas sobre o papel do Estado em relação à função distributiva: há quem afirme que não cabe qualquer ação pública nessa direção, por acreditar que isso leva a situações de dependência ou agiganta a máquina pública sem qualquer vantagem ao cidadão, enquanto outros nela enxergam um importante papel do Estado na busca de justiça social e prevenção de violência. Mais à frente, voltaremos a este tema, analisando diferentes abordagens a respeito. A função estabilizadora consiste na utilização de instrumentos de política econômica para promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, dada a percepção de uma incapacidade do mercado de garantir tais objetivos. Assim, juros, preços, taxa de câmbio, impostos e até gastos públicos podem ser usados para promover o crescimento, garantir emprego ou combater a inflação, no exercício da função estabilizadora. (35% da Nota).

Os economistas atribuem a necessidade do exercício dessas funções à existência de falhas de mercado. Em outros termos, como o mercado não é perfeito, não aloca os fatores de produção de forma a garantir equidade (em termos de igualdade de oportunidades), acesso a informações (para se poder fazer escolhas em termos de produção, consumo, investimento e poupança), atendimento a necessidades para as quais não há como cobrar de forma individualizada ou excluir quem não paga e mesmo que o mercado não tem condições de ofertar ou não deseja fazê-lo. Essas falhas de mercado podem ser classificadas como:

- Existência de bens públicos — são aqueles cujo consumo é indivisível. Não há como restringir seu uso a apenas algumas pessoas e, ao mesmo tempo, claramente impedir outras de deles usufruir. São bens de consumo coletivo ou “não rival”. Não estão, portanto, sujeitos ao princípio da exclusão, como é o caso da segurança pública, descobertas científicas (ver a respeito Sachs, 2008, p. 32) e iluminação pública, entre outros. Já que não há como definir quem deveria pagar por esse bem, o mercado não tem como atuar e cobrar um preço. Assim, o poder público os oferece e financia com o dinheiro arrecadado por meio de impostos.
- Monopólios naturais — referem-se a setores em que o processo produtivo se caracteriza por retornos crescentes de escala e, normalmente, investimento elevado. Nesse caso, não compensaria para o mercado atuar em condições de grande competição, pois isso implicaria um nível de produção muito baixo e, portanto, custos de produção mais elevados. Em tal situação, o Estado pode atuar diretamente (ou por meio de concessão) ou regular o setor, para evitar que preços abusivos sejam praticados ou que interesses coletivos sejam desatendidos. A primeira situação pode ser ilustrada pelo serviço de saneamento, ao passo que a segunda pela atividade de mineração.
- Externalidades — ocorrem quando as ações de um agente econômico implicam benefícios ou prejuízos a outros agentes econômicos. Exigem a ação do setor público para produzi-las ou induzi-las (no caso de externalidades positivas, como a educação ou a requalificação de áreas urbanas degradadas) ou mesmo para coibi-las ou atenuar os efeitos nocivos (no caso de externalidades negativas, em que governantes podem desapropriar áreas por efeitos danosos ao meio ambiente, proibir o fumo em locais públicos ou obrigar a colocação de filtros em chaminés industriais). Um caso extremamente importante de externalidade a justificar a atuação do poder público para garantir o direito da população atual e de futuras gerações é o dos danos ao meio ambiente. Eles são externalidades, pois “os custos ambientais são sentidos pela sociedade, mas são externos aos estreitos cálculos de ganhos e perdas feitos por empresas individuais e escolhas orçamentárias de indivíduos” (Sachs, 2008, p.

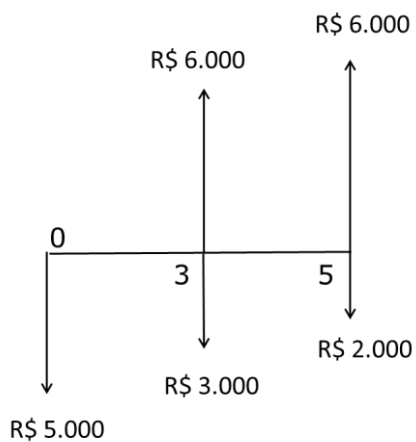
35). O governo deverá, nesse caso, intervir por meio de políticas públicas para alinhar incentivos privados com os interesses da sociedade. • Mercados incompletos — aparecem quando um bem ou serviço considerado relevante não é ofertado pelo setor privado, ainda que o seu custo de produção esteja abaixo do preço que os consumidores estariam dispostos a pagar. Nesse caso, o poder público pode atuar, oferecendo o bem, seja produzindo diretamente ou estabelecendo uma concessão para que uma empresa privada o faça. Outra modalidade de atuação seria oferecer incentivos fiscais ou incentivos para quem se dispuser a garantir o produto. Um exemplo de bem não ofertado são algumas modalidades de financiamento de longo prazo, vitais para o desenvolvimento, que o sistema financeiro privado do país pode não oferecer. Por conta dessa necessidade, bancos de investimento são criados em diversos países e mesmo como instâncias supranacionais, como o caso do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). • Falhas de informação — ocorrem quando um agente econômico não possui informação necessária sobre bens ou serviços transacionados. O desconhecimento e a consequente assimetria de informações entre agentes podem provocar ineficiências no mercado. Nesse caso, o governo pode tornar obrigatória a divulgação de informações relevantes para que sejam conhecidas por todos os participantes do mercado. É o caso de informações relativas à validade de produtos comestíveis ou de medicamentos, em que se exige não apenas o cumprimento da legislação específica, mas a divulgação das datas exatas de vencimento ao consumidor. Da mesma forma, a Lei das S.A. demanda a publicação de relatórios contábeis dessas empresas para que acionistas, parceiros e o público em geral possam interagir de forma sólida com as empresas. • Desemprego e inflação — apesar de a Teoria do Bem-Estar Social preconizar que (conforme Fabio Giambiagi e Ana Claudia Além, 2000, p. 24) “Sob certas condições, os mercados competitivos geram uma alocação de recursos que se caracteriza pelo fato de que é impossível promover uma realocação de recursos de tal forma que um indivíduo aumente o seu grau de satisfação sem que, ao mesmo tempo, isso esteja associado a uma piora na situação de outro indivíduo” (Ótimo de Pareto), a presença dessas falhas de mercado impede que tal alocação ideal aconteça. Assim, a presença de desemprego pode não ser rara, especialmente num mundo globalizado em que o mercado conta com fontes inesgotáveis de mão-de-obra barata em vários locais do mundo e a intensa mecanização e automatização dos processos produtivos. O desemprego pode ser ocasionado também por sazonalidades na economia dos países ou mudanças introduzidas pela evolução tecnológica no perfil da demanda. Em todos os casos, o governo pode atuar, criando incentivos ao emprego, capacitando os trabalhadores ou incentivando o empreendedorismo. (50% da nota).

Um investidor está analisando a possibilidade de participar de um projeto de curto prazo. Para iniciar no projeto, o investidor deverá aplicar a quantia de R\$ 5.000,00 no mês de março. A partir daí, ele deverá injetar novos aportes nos meses de junho e agosto nos respectivos valores de R\$ 3.000,00 e R\$ 2.000,00. Para os mesmos meses de junho e agosto está previsto que o investidor receba respectivamente em cada um deles pagamentos no valor de R\$ 6.000,00. A Tabela 1 fornece a previsão de inflação para os meses de duração do projeto, exceto o mês inicial por fins práticos. Considerando que o investidor trabalha com uma Taxa Média de Atratividade de 7% a.m., avalie via TIR se ele deverá aceitar participar do projeto em questão:

Mês	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
Inflação mês	0,70%	0,40%	0,60%	0,50%	0,40%

Tabela 1 – Previsão de inflação

Passo 1 – Montando o fluxo de caixa (15% da pontuação da questão)



Passo 2 – Corrigindo o fluxo de caixa pela inflação (35% da pontuação da questão)

Mês	Inflação mês	Tx. Correção	Saldo	Valor corrigido
Março	0,00%	100,00%	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Abril	0,70%	100,70%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maió	0,40%	101,10%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	0,60%	101,71%	R\$ 3.000,00	R\$ 3.051,28
Julho	0,50%	102,22%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	0,40%	102,63%	R\$ 4.000,00	R\$ 4.105,07

Passo 3 – Lançamento dos dados na calculadora HP 12C (35% da pontuação da questão)

$$\begin{aligned}
 &5.000 \text{ CHS } g \text{ CF}_0 \\
 &0 \text{ g } \text{CF}_j \\
 &2 \text{ g } \text{N}_j \\
 &3.051,28 \text{ g } \text{CF}_j \\
 &0 \text{ g } \text{CF}_j \\
 &4.105,07 \text{ g } \text{CF}_j \\
 &f \text{ IRR} = 9,13
 \end{aligned}$$

Passo 4 – Tomando a decisão (15% da pontuação da questão)

Como o valor da TIR deu um resultado (9,13%) maior que a TMA do investidor, a literatura recomenda que o investidor aceite participar do projeto.

Um cliente comprou um terreno que custava R\$ 300.000,00 financiado em 120 parcelas fixas postecipadas a uma taxa de 1,2% a.m. pelo Sistema Francês. Pelo contrato firmado com a instituição bancária responsável pelo financiamento, o saldo remanescente após o pagamento da parcela 55 deveria ser reajustado a uma taxa única de 2% a título de correção monetária e, por conta disso, as demais parcelas restantes precisariam ser recalculadas a partir do novo saldo devedor. Considerando que o cliente em questão pagou todas as parcelas nos seus respectivos vencimentos, determine o valor de amortização e de juros que compõem a parcela 100.

Etapa 1 – Calcular pelo Sistema Francês (Price) o valor das parcelas usando a calculadora HP 12C (10% da pontuação da questão)

$$\begin{array}{ll} 300.000 & \boxed{\text{PV}} \\ 1,2 & \boxed{i} \\ 120 & \boxed{n} \end{array}$$

$$\boxed{\text{PMT}} = - 4.730,41$$

Etapa 2 – Calcular o saldo devedor após o pagamento de 55 parcelas na calculadora HP 12C (20% da pontuação da questão)

$$\begin{array}{ll} 4.730,41 & \boxed{\text{PMT}} \\ 1,2 & \boxed{i} \\ 65 & \boxed{n} \end{array}$$

$$\boxed{\text{PV}} = - 212.642,82$$

Etapa 3 – Corrigindo o saldo devedor com a taxa dada (10% da pontuação da questão)

$$Sd = 212.642,82 \cdot 1,02 = 216.895,68$$

Etapa 4 – Calculando os valores da nova prestação com o novo saldo devedor (10% da pontuação da questão)

$$\begin{array}{ll} 216.895,68 & \boxed{\text{PV}} \\ 1,2 & \boxed{i} \\ 65 & \boxed{n} \end{array}$$

$$\boxed{\text{PMT}} = - 4.824,72$$

Etapa 5 – Calculando o saldo devedor após 99 parcelas pagas (20% da pontuação da questão)

4.824,72 PMT

1,2 i

21 n

PV = - 89.091,92

Etapa 6 – Calculando os juros que compõem a parcela 100 (15% da pontuação da questão)

$$J = 89.091,92 \cdot 0,012 = 1.069,01$$

Etapa 7 – Calculando a amortização que compõe a parcela 100 (15% da pontuação da questão)

$$A = 4.824,72 - 1.069,01 = 3.755,61$$